



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES
Via N1 Leste s/n, Pavilhão das Metas, Praça dos Três Poderes –
Zona Cívica Administrativa – CEP: 70.150-900
Telefones: (061) 3411.4246 / 3411.4330 Fax: (061) 3326.8449
Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180

**Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as
Mulheres – PNPM**

Ajuda-Memória – 35ª Reunião Ordinária

DATA: 22/06/2010, das 14:00 às 18:00h.

LOCAL: Auditório da Secretaria de Políticas para as Mulheres – Brasília/DF

Participantes:

- **Adriana Rosa – MTE**
- **Amanda Sanches - SPM**
- **Ana Lúcia Sabóia - IBGE**
- **Antônia Samir Ribeiro - MMA**
- **Célia Vieira – MDS**
- **Cristina Queiroz – SPM**
- **Fábio Sparremberger - SPM**
- **Gabriela Bastos – SPM**
- **Isis Tavares Neves - CNTE**
- **Joana - Funai**
- **Joyce Del Frari - SECOM**
- **Lourdes Bandeira – SPM**
- **Luana Simões – SPM**
- **Luciana Fonseca – MS**
- **Marcelo Mouta - SPM**
- **Márcia Leporace – SPM**
- **Margareth Pessoa - MCid**
- **Maria do Rosário – MPOG**
- **Mariana Mazzini – SPM**
- **Renata Leite - SPM**
- **Vera Lucia de Oliveira - MAPA**
- **Verônica Freire – MME**

1. Abertura

A reunião iniciou-se com uma fala de abertura da Ministra Nilcéa Freire que solicitou este espaço para expor algumas preocupações que tem tido em relação à implementação do PNPM. Afirmou que suas preocupações são maiores neste momento, pois as políticas levam tempo para maturar e como as políticas para as mulheres são ainda muito recentes, recentes, então, é preciso assegurar que, qualquer que seja o resultado eleitoral, existam recursos disponíveis para a continuidade do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres até 2011, ou seja, até a realização da próxima Conferência. A Ministra ressaltou que na SPM foram adotadas algumas estratégias para garantir orçamento para a continuidade de ações que devem ser implementadas também em 2011. Por exemplo, no Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, estão sendo firmados convênios plurianuais com os governos estaduais e municipais, como tentativa de garantir a continuidade do Pacto e de assegurar que os serviços hoje em funcionamento, a exemplo das casas-abrigo e dos centros de referência, não sejam fechados.

Outra questão ressaltada pela Ministra é que somos vidraça no processo eleitoral, somos observados e contestados. Como servidores públicos, participamos de programas e projetos que precisamos defender, sendo importante que nos apropriemos do que foi feito e vocalizemos o que efetivamente aconteceu. Para evitar, portanto, que sejam difundidas informações errôneas em relação às políticas para as mulheres e aos resultados alcançados pelas políticas, torna-se de extrema importância garantir o adequado preenchimento do Sistema de Acompanhamento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres - SAPNPM. Destacou que o atual relatório de realizações, gerado pelo Sistema, não é adequado, sendo um documento confuso, que pouco contribui para o entendimento do que foi efetivamente realizado ao longo de cada ano no âmbito do Plano. Nesse sentido, foi discutida a possibilidade de se fazer outro relatório e está em curso o trabalho de execução das adaptações necessárias.

A Ministra destacou que, de qualquer forma, é necessário ter todos os dados do Sistema preenchidos. Sabe-se que há uma dificuldade de preenchimento do Sistema, que envolve o tempo necessário para tanto e o próprio conhecimento do funcionamento do mesmo. No entanto, pela necessidade de transparência e de monitoramento das políticas e pela preocupação em prestar contas à sociedade, este é um trabalho que deve ser feito. Assim, será feito um mutirão para preencher esses dados, que contará com consultoras contratadas pela SPM, que irão a cada um dos órgãos auxiliar as representantes do Comitê do Plano a preencherem adequadamente todas as informações necessárias. Para tanto, a Ministra afirmou que conversará com cada um dos ministros, pedindo autorização para que isso seja feito, e ressaltou que será preciso ajuda das integrantes do Comitê para serem o contato dentro do Ministério, junto às consultoras que estarão indo acompanhar o preenchimento do Sistema. Além disso, a Ministra afirmou que estamos caminhando para um momento em que é preciso pensar na implementação do Plano para o futuro, o que exige que nos preparemos para fazer um balanço do PNPM e deixar um conjunto de propostas para o próximo governo.

2. Informes

A coordenadoria do Comitê passou então ao ponto seguinte de pauta, abrindo para os informes de todos os órgãos representados na reunião. Luana Pinheiro, da SPM, informou que, em relação ao que foi dito pela Ministra, já foi feito contato com consultor do SAPNPM, que fará nova proposta de relatório, e que a próxima etapa será selecionar as consultoras que irão auxiliar os ministérios no preenchimento. A partir da próxima semana

será feito contato com cada representante no Comitê para que o preenchimento seja iniciado.

Lourdes Bandeira deu o segundo informe, afirmando que há uma demanda do Ministério do Planejamento para que o II PNPM seja apresentado no Fórum de SPOAS (Secretários de Planejamento, Orçamento e Administração dos órgãos), no qual haverá aproximadamente 60 pessoas. Lourdes pontuou que, como o MP tem muita repercussão, será muito importante fazer essa apresentação do Plano.

Verônica Freire, do MME, sugeriu então, que, fossem apresentados nessa reunião com o Fórum SPOAS os resultados do workshop sobre comitês de gênero nos Ministérios, pois, o que se observa, é que os comitês ora são articulados com o gabinete, ora com as secretarias executivas, até mesmo com a área de recursos humanos, o que não dá visibilidade nem garante orçamento. Ademais, destacou que seria importante se conseguíssemos, de fato, articular os grandes programas do governo com a transversalidade. Lourdes Bandeira afirmou que a partir do momento em que o Fórum conhecer o que a SPM faz, os programas e parcerias, mostraremos as possibilidades.

Lourdes Bandeira destacou também outra demanda recebida do MP, referente à realização de uma oficina sobre assédios para as/os servidoras/es do Ministério. Para este evento, serão utilizados os documentos elaborados pelo Ministério da Saúde sobre o tema, que, inclui também o Código de Ética do Servidor Público.

Por fim, Lourdes Bandeira informou sobre a realização da XI Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe, que será realizada em Brasília, no hotel Lake Side, entre os dias 13 e 15 de julho. A Conferência terá como tema “Que tipo de Estado? Que tipo de Igualdade?” e todas as integrantes do Comitê do PNPM comporão a delegação brasileiras que estará presente, sendo fundamental que as representantes levem este informe aos seus respectivos ministérios. Em relação à programação, informou que no primeiro dia de Conferência haverá a abertura, com a presença do Presidente da República e de ministras de vários países da região. Em seguida serão realizados painéis de discussão voltados ao tema do encontro. Nos dias 14, 15 de julho haverá eventos paralelos de diferentes grupos sociais, incluindo uma atividade Cultural à noite no Teatro Nacional. Para o encontro, a SPM e a CEPAL elaboraram um documento denominado “Consenso de Brasília”, que contou, inclusive, com a colaboração do Comitê do PNPM. O documento, em sua versão final para debate, já está disponível na internet e será aprovado durante a Conferência. O documento estará disponível em espanhol, português, inglês e francês.

Em relação a este item, Adriana Rosa, do MTE, indagou se o convite par a delegação será somente para as integrantes titulares do Comitê ou se as suplentes também serão convidadas. Lourdes Bandeira comprometeu-se a checar e encaminhar resposta posteriormente, informando que no próprio site da Conferência há uma nota com as organizações que irão participar e os critérios adotados para a composição da delegação brasileira.

3. Apresentação de proposta de relatório do Sistema de Acompanhamento do PNPM

O terceiro ponto de pauta da reunião tratou do novo modelo de relatório a ser gerado pelo Sistema de Acompanhamento do PNPM para consulta pública. Gabriela Parente e Mariana Mazzini, da SPM, apresentaram a proposta de novo modelo, destacando que: i) a mudança de formato do relatório do II PNPM foi entendida como necessária uma vez que o relatório atual é confuso, e retorna uma série de informações que, da forma como são organizadas e apresentadas, não são compreensíveis para a sociedade de forma geral; ii) será realizada uma identificação especial em relação às ações não-orçamentárias para que, quando forem informados os resultados, não haja a falsa indicação de que não houve

recursos para a referida ação, mas que a ação não demandava recursos do orçamento da União, por ser não-orçamentária; iii) em relação à execução física das ações e aos resultados alcançados, o Sistema passará a apresentar apenas os dados anuais, em vez de trimestrais, tal como vinha sendo feito., até porque este relatório é publicado somente ao final do ano, sendo mais interessante apresentar os resultados já consolidados; v) sugere-se apresentar somente o valor liquidado em cada ação, retirando-se os valores empenhado e orçado; e vi) em relação ao orçamento pede-se que, sempre que possível, seja informado o valor do projeto voltado para questão de gênero/mulheres e não o valor total global que está inscrito no PPA.

Após a apresentação da proposta foi aberto o debate, que contou com as seguintes intervenções:

a) Sobre orçamentos liquidados e orçamentos empenhados:

- Célia Vieira, do MDS, destacou que é importante diferenciar o valor liquidado do empenhado na apresentação dos resultados. Ao lembrar que o valor empenhado não é, necessariamente, o valor que foi liquidado, defendeu que informemos o valor efetivamente liquidado. Adriana Rosa, do MTE, defendeu a mesma posição.
- Antônia Ribeiro, do MMA, pontuou que o valor liquidado é o valor que realmente foi executado, por isso a importância de apresentá-lo no relatório. O valor empenhado é maior que o liquidado e, muitas vezes, não se executa tudo o que foi empenhado. Por isso, sugeriu que seja publicado somente o valor liquidado, como forma, inclusive, de proteger o próprio Ministério.
- Renata Leite, do MDA, argumentou que, por outro lado, o valor empenhado é o que já está firmado, é o compromisso do órgão com as política, sendo importante que apareça no relatório.
- Márcia Leporace, da SPM, pontuou que há casos de convênios empenhados, cujos recursos acabaram não sendo liberados. Lembrou que a questão orçamentária é complexa, e que os “restos a pagar” não são compreendidos facilmente nem mesmo por técnicos que trabalham no governo.
- Lourdes Bandeira sugeriu que fossem apresentados os dois valores, pois o empenhado é um compromisso, mas como pode haver o problema de não entrar na execução, teremos uma informação verdadeira, que é o recurso executado.
- Mariana Mazzini retomando a preocupação com o formato do relatório, sugeriu que se colocasse o valor empenhado de maneira “embutida”, ou seja, de uma forma que pudesse ser visto caso a pessoa tenha interesse de saber desse valor, além do que foi liquidado.
- Fábio Sparremberger, da SPM, explicou que o empenho é, de fato, o compromisso, mas é muito volátil, pois muitos são cancelados. Assim, quando se trata de ação pública, o valor a ser informado é realmente o liquidado. Para efeitos de gasto público, sugere usar o valor liquidado.

b) Sobre parceiros na execução das ações

- Márcia Leporace destacou que, em relação aos parceiros, em geral estes contribuem muito mais do que com o repasse de recursos, sendo importante que os parceiros que não contribuem com recursos na execução das ações sejam contemplados no Sistema.
- Lourdes Bandeira lembrou que no SAPNPM existe o campo “resultados”, que é um campo aberto para que se possa descrever os resultados e inserir outras informações necessárias. Deve-se evitar ter uma planilha altamente complexa, construindo um relatório simplificado com as informações mais importantes.
- Luana Pinheiro ressaltou que há, de fato, um problema no preenchimento do Sistema, que se dá quando mais de um órgão é responsável por uma mesma ação. Luana questionou se é mais viável que apenas um órgão preencha o valor global ou

se cada um apresenta seu orçamento, mas somente um deles preenche a execução física. Ficou acordado que cada órgão preencheria seu próprio orçamento e que a execução física é de responsabilidade apenas do órgão que “puxa” a ação, evitando, assim, dupla contagem.

c) Luana Pinheiro informou que as consultoras que irão aos Ministérios ajudar no preenchimento do Sistema, irão inserir as informações relativas aos anos de 2008 e 2009. A consultoria não tem objetivo de preencher o ano de 2010, mas poderá ajudar no esclarecimento das dúvidas que, porventura, existam. Reforçou que quaisquer dúvidas em relação ao preenchimento ou ao funcionamento do Sistema podem ser enviadas para Gabriela Parente, da SPM, que se responsabilizará pelo contato com o pessoal do setor de tecnologia da informação.

d) Finalmente, em relação às ações prioritárias de 2010, foi informado que é possível definir ações para 2010 que já tenham sido priorizadas em anos anteriores, devendo-se ter o cuidado, porém, de não selecionar sempre as mesmas ações como prioritárias, deixando algumas sem qualquer execução ao longo dos anos.

e) Lourdes Bandeira encerrou este ponto de pauta acordando os prazos para definição das ações prioritárias de 2010, que será no dia 9 de julho, e para preenchimento das ações de 2008 e 2009 no Sistema, que será o dia 30 de julho.

4. Documento do Workshop:

Finalmente, em relação ao último ponto de pauta, Luana Pinheiro, da SPM, apresentou a primeira proposta do documento sobre as orientações estratégicas para institucionalização da temática de gênero nos órgãos governamentais, ressaltando que se tentou não trabalhar com o conceito de “comitê” somente, pois no workshop ficou clara a multiplicidade de formatos que estas institucionalidades podem assumir, optando-se por utilizar o termo “mecanismos”. O documento foi estruturado da seguinte maneira: i) A transversalidade de gênero nas políticas públicas; ii) Histórico do PNPM e do Comitê; iii) Primeiras demandas para institucionalização da perspectiva de gênero nos ministérios/órgãos da administração pública (II CNPM); e iv) Importância da institucionalização. Após a apresentação, Lourdes Bandeira abriu para discussão.

Márcia Leporace, da SPM, ressaltou que, apesar de estamos chegando ao final do governo, espera que esta discussão tenha continuidade, dada a relevância dos mecanismos de gênero para o desenvolvimento de políticas e a implementação do PNPM. Em relação aos objetivos, Márcia pontuou que este deve ser focado no papel do mecanismo e sempre fazer referência ao II PNPM. Sobre o item que trata das atividades a serem desempenhadas pelo mecanismo, destacou que é preciso ressaltar a responsabilidade na implementação das próprias ações que estão no PNPM.

Verônica Freire, do MME, destacou que, como uma espécie de cartilha, destinada a atender a um conjunto diverso de órgãos, o documento está ótimo. Funciona como manual para se criar e fortalecer os mecanismos, ainda que não ache este o termo mais adequado para nominá-los. Defendeu que, para além deste documento, é importante produzir um documento-síntese, para ser discutido com as secretarias executivas. no sentido de substantivar a necessidade de se criar uma estrutura dentro dos ministérios. Reforçou que este é um momento político importante para desenvolvermos ações que fortaleçam e impulsionem a criação destas institucionalidades e garantam a continuidade de políticas públicas de gênero. A necessidade é de que as políticas tenham continuidade e, por isso, é fundamental existir algum órgão vinculado à Secretaria Executiva.

Lourdes Bandeira informou que, há 3 anos foi encaminhado documento a todos os/as Ministros/as enfatizando a importância da criação dos comitês de gênero em cada instituição. Assim, não acredita que um documento-síntese de uma página seja produtivo,

pois a questão envolve questões mais amplas, como a fraca sensibilização em relação às questões de gênero no país. No entanto, informou que podemos fazer um extrato do documento para que ele seja amplamente divulgado e alcance um público maior. Fechando o último ponto de pauta, Lourdes Bandeira então agradeceu a presença de todos e todas e encerrou a reunião.